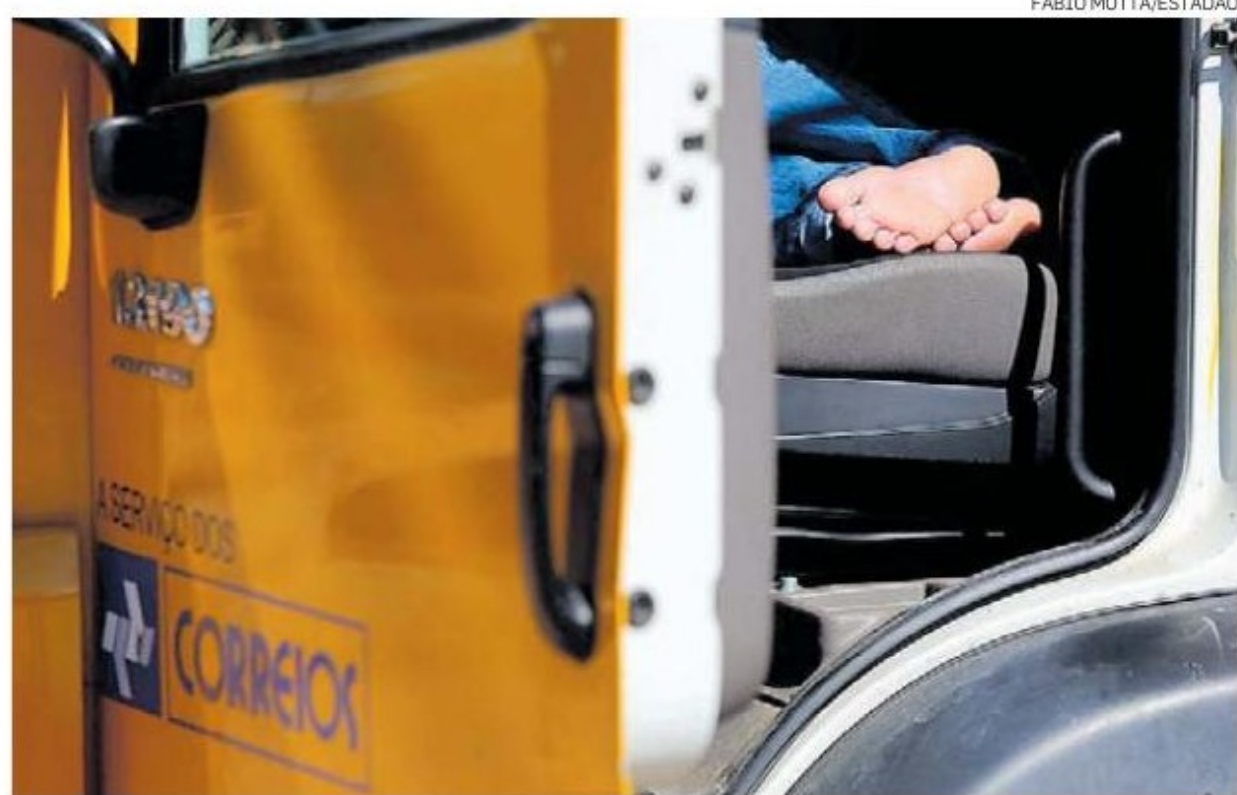


## coluna do broadcast

# Se Correios for privatizado, Anatel deve ser regulador

Com a perspectiva de privatização dos Correios, o trabalho de regulação e fiscalização dos serviços postais tende a ficar sob responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Representantes do governo federal já estão trabalhando em um projeto de lei que será enviado para o Congresso em breve, tratando dessas novas atribuições. Atualmente, Correios e Anatel ficam debaixo do guarda-chuva do Ministério das Comunicações, liderado pelo ministro Fábio Faria. A ideia do governo é, portanto, que a agência reguladora dos serviços de telefonia e internet se encarregue também do segmento de serviços postais. Procurados, Anatel e Ministério das Comunicações não responderam. O Ministério da Economia preferiu não comentar.



FABIO MOTTA/ESTADÃO

» **Desafio.** Se o processo avançar, a Anatel deverá ter seu orçamento ampliado, uma vez que o monitoramento dos serviços postais envolve desafios logísticos gigantescos. Isso passa pela redação de uma regulação para o setor – hoje sob monopólio dos Correios –, que deve abranger a definição de compromissos de qualidade, eficiência e inovação na entrega de correspondências e mercadorias a serem cumpridas pelos futuros operadores privados.

» **Será?** Fábio Faria afirmou que a venda dos Correios tem cinco interessados, entre eles as varejistas Amazon e Magazine Luiza e as empresas de logística DHL e FedEx. Mas a declaração tem sido vista mais como uma tentativa de valorizar a estatal na praça. Amazon e DHL já vieram a público negar qualquer interesse no processo de privatização. Já o Magazine Luiza preferiu não comentar.

» **Corrida.** O consórcio de empresas e fundações que anunciou, em agosto, a doação de R\$ 100 milhões para auxiliar a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a produzir uma vacina contra o coronavírus já concluiu mais da metade dos repasses prometidos. Desde o anúncio em 7 de

agosto, o acordo ainda demorou quase um mês para ser fechado (4 de setembro) devido ao acerto de burocracias. A partir daí, R\$ 70 milhões já foram liberados.



MARCOS DE PAULA/ESTADÃO

» **Faz a força.** A doação é uma iniciativa de Ambev, Americanas, Itaú Unibanco, Stone, Instituto Votorantim, Fundação Lemann, Fundação Brava e Behring Family Foundation. O investimento empresarial vai ajudar na compra e na instalação de equipamentos complementares aos já existentes na Fiocruz, além de transferência de tecnologia.

» **Testes.** A vacina a ser produzida ali é a que vem sendo desenvolvida pela Universidade de Oxford com a farmacêutica britânica AstraZeneca – e está na última fase de testes. Os estudos chegaram a ser paralisados por quase uma semana no começo

deste mês, após um participante apresentar reações adversas.

» **Dedos cruzados.** Poucos dias após a paralisação, o estudo foi retomado. Se os testes forem bem-sucedidos, a vacina pode ser produzida no País, a partir do início de 2021. A doação empresarial se soma ao montante de R\$ 1,9 bilhão em recursos públicos destinados para a Fiocruz, por meio de Medida Provisória editada pelo governo federal em agosto.

» **Sem ânimo.** A falta de indicação mais clara sobre o andamento das reformas administrativa e tributária e as incertezas em relação à extensão do auxílio emergencial reprou a busca por crédito entre as empresas em agosto. Dados da Serasa Experian mostram que a demanda caiu 6% no mês passado na comparação com o mesmo período de 2019.

» **Pelo segundo mês.** Em julho, o indicador já havia apontado queda de 0,1% frente a julho de 2019. Segundo o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, as incertezas esfriaram o ânimo dos empresários, que preferiram aguardar o desenrolar desses temas. A cautela na contratação de empréstimos foi maior nas micro e pequenas empresas, nas quais a demanda cedeu 6,1% em agosto, em base anual, seguidas por médias (4,7%) e grandes (1,5%).



PAULO WHITAKER/REUTERS

» **Virou moda.** Mesmo com a flexibilização da quarentena, as vendas online seguem fortes. Começaram, porém, a registrar queda nas comparações mensais. Em agosto ante julho, as transações por comércio eletrônico caíram 9,15%, segundo dados do índice MCC-ENET, desenvolvido pelo Comitê de Métricas da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (camara-e.net) em parceria com o Movimento Compre & Confie. Na relação anual, o crescimento ainda segue expressivo: alta de 76,46%.

» **Espaço.** Em julho, o comércio eletrônico representou 10,7% do comércio varejista restrito, aquele que não inclui veículos, peças e materiais de construção.

CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLIEDT E FERNANDA GUIMARÃES

## CELSO MING



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

# O ministro insiste. Quer a volta da CPMF

Há alguns meses, autoridades do governo que defendiam a recriação da CPMF eram sumariamente demitidas, como aconteceu há um ano com o então secretário da Receita Federal, Marcos Cintra. Agora, a defesa intransigente da CPMF virou política do governo Bolsonaro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tornou-se o mais ardoroso lutador pela volta da CPMF e, nesse mister, já abusou de enganações. Negou que fosse o retorno da CPMF e, por isso, a denominou vagamente de um imposto sobre transações financeiras ou, então, avisou que seria um “tributo alternativo”. No entanto, esse projeto guarda todas as características importantes da extinta CPMF. Guedes já disse que viria para taxar operações digitais, escondendo que a intenção é cobrir todas as transações bancárias, não apenas as digitais. Disse que teria uma alíquota baixa, “de apenas 0,2%”, escondendo que passaria a ser cobrado nas duas pontas de cada movimentação financeira, tanto de quem compra do quitandeiro como do próprio quitandeiro. E que, portanto, as duas somadas perfariam uma alíquota de 0,4%, superior à da antiga CPMF, que era de 0,38%, cobrada apenas na ponta do pagador.

O ministro teria mais credibilidade se admitisse que se trata de um tributo cumulativo, ou seja, que seria cobrado em cascata, taxa sobre taxa, ao longo de todas as etapas da atividade produtiva, o que é explicitamente proibido pela Constituição (art. 154).

Até agora, Guedes não admitiu que esse imposto produziria enormes distorções na economia, como o encarecimento das exportações, na medida em que não seria possível subtrair o imposto do preço final da mercadoria ou do serviço. Não admitiu que essa nova CPMF produziria o encarecimento do crédito numa situação de juros historicamente baixos; que empurraria empresas e pessoas físicas a operar com dinheiro vivo para evitar transação bancária e que, nessas condições, induziria à desintermediação bancária e à excessiva monetização da economia. Também não admitiu que incentivaria a integração vertical das empresas, que, para fugir do tributo, procurariam suprimir operações internas de compra e venda entre matriz e subsidiárias.

Enfim, o ministro poderia afinal admitir que esse é um tributo ruim e que, por ser ruim, não é adotado por nenhum país avançado.

Em outra oportunidade, esta Coluna advertiu também que se alcançar todas as transações bancárias, esse tribu-



ALAN SANTOS/BR - 27/9/2020

Guedes. Moleza para arrecadar

to acabaria por solapar as operações de compra e venda nas bolsas de valores e das aplicações financeiras que hoje trabalham com juros baixos. O professor Marcos Cintra, grande entusiasta dessa ideia, entende que a nova CPMF deverá fazer distinção entre contas bancárias de movimento e contas bancárias de investimento e, assim, isentar do tributo os investimentos e seus respectivos resgates. Até agora, ninguém no governo sugeriu que haveria essa isenção. Se houver, uma das opções para evitar esse imposto poderia ser receber pagamentos via depósitos em cadernetas de poupança.

O argumento central do ministro Paulo Guedes é de que precisa dessa arrecadação para dar cobertura à desoneração das folhas de pagamentos, providência que entende como essencial “para recuperar o emprego”.

Sobram dúvidas de que a desoneração parcial, como a pretendida pelo governo, reative o emprego. A experiência ao longo do governo Dilma mostrou que a desoneração pouco ajudou a aumentar o emprego. Os postos de trabalho estão sendo fechados aqui e no resto do mundo em consequência da larga utilização de tecnologia de informação, especialmente dos aplicativos. Não vai ser por conta da redução parcial (de apenas 30%) dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos que o empresário deverá retomar as contratações de pessoal.

Até agora, propostas para a volta da CPMF foram repelidas no Congresso. No momento, está em curso uma ampla negociação política. O governo Bolsonaro parece disposto a aceitar o projeto de reforma tributária que compõe a Proposta de Emenda à Constituição 45, desde que a nova CPMF também seja aprovada no bojo desse projeto.

Tributos com o formato da antiga CPMF são fáceis de arrecadar. A contribuição é surrupiada automaticamente pelo sistema de informática dos bancos, sem necessidade de declaração prévia, sem emissão de nota fiscal, sem atrasos de recolhimento, sem sonegação. Moleza para arrecadar é uma das razões pelas quais o ministro anseia por esse imposto.

## Alto Escalão | LUANA PAVANI | E-MAIL: LUANA.PAVANI@ESTADAO.COM

### André Brandão toma posse no BB

André Brandão, vindo do HSBC, assume a presidência do Banco do Brasil no lugar de Rubem Novaes, que deixou o cargo na última terça-feira.

» **Gol.** Cláudia Meira assume a direção de TI, vinda da Avon Cosméticos, para o lugar de Paulo Palaia Sica, que segue como advisor.



ALAN SANTOS/BR - 23/9/2020

» **Pilgrim's Pride.** O diretor-geral Jayson Penn deixou a empresa, e o diretor financeiro Fabio Sandri assumiu.

» **ISA Cteep.** A diretora de Estratégia e Desenvolvimento de Novos Negócios está com Silvia Diniz Wada (ex-Grupo EDP).

» **Embraer.** A divisão Aviação Comercial tem como novo vp de contra-

tos e gestão de ativos Marcelo Santiago, que sucede Simon Newitt.

» **L'Oréal.** Foi contratada Roberta Salvador (ex-Petros) como diretora da área de assuntos jurídicos e parte do Comitê Executivo.

» **Zeiss.** Como diretor executivo de vendas e marketing da divisão médica ingressa Gui-

lherme Haddad (ex-J&J).

» **Icatu Seguros.** Para a direção de pessoas chega Camila Asenjo (ex-BTG Pactual, Andrade Gutierrez e Generali).

» **Mundo Verde.** Lincoln Martins, sócio e CEO da Sforza, controladora da rede de produtos naturais, passa a CEO, substituindo Cláudia Abreu.

» **Grupo Ri Happy.** A nova head de marketing é Carolina Braune (ex-Luxottica).

» **Brasil Brokers.** O novo presidente da Abyara é Bruno Vivanco, antes vice-presidente, cargo que passa para Caetano Capano.

» **GSK.** À frente de oncologia no Brasil está Deborah Soares, vinda da Astellas.

## A cobertura, os impactos e os bastidores do cenário político, em Tempo Real

### broadcast político

São Paulo: (11) 3856-3500 Brasília: (61) 3426-7876 Outras Localidades: 0800 011 3000 - ACESSE WWW.BROADCASTPOLITICO.COM.BR E SOLICITE A SUA DEMONSTRAÇÃO

## Editorial Econômico

### Venda de imóveis impulsiona a economia



O papel que o mercado imobiliário vem desempenhando em boa parte do mundo para a superação da atual crise é completamente diferente do que teve em 2008, quando provocou um desastre de proporções até então desconhecidas no sistema financeiro.

Há pouco mais de uma década, a rápida valorização estimulou negócios com imóveis e sua utilização como garantia para empréstimos bancários, o que acelerava a alta dos preços. Até que o aumento da inadimplência fez a bolha estourar, levando à garra grandes instituições financeiras e gerando instabilidade na economia mundial. Hoje, ao contrário, é o setor que puxa a recuperação da atividade econômica em muitos países. Na raiz desse movimento estão juros baixos e o volume expressivo de recursos colo-

cados no mercado como resultado de estímulos fiscais.

Como mostrou levantamento do Broadcast, serviço de informação econômica em tempo real da Agência Estado, na maioria dos países a recuperação do mercado imobiliário está sendo mais rápida do que a de outros setores. E tem bases mais sólidas do que a valorização observada nos anos que antecederam a crise de 2008.

Nos Estados Unidos, as vendas aumentaram 25% de junho para julho. E o crescimento mais intenso desde 1968. O índice de confiança das cons-

trutoras subiu de 78 pontos em agosto para 83 em setembro, marcando dois recordes históricos sucessivos.

Além dos juros baixos e da injeção de liquidez decidida pelo Fed (o banco central americano), analistas apontam um fator sazonal para estimular os negócios. Normalmente, o segundo trimestre é o período de maior venda de imóveis. A crise decorrente da pandemia afetou os negócios no período neste ano. É possível que muitas vendas tenham sido adiadas.

Na Europa, as vendas estão em franca recuperação em Portugal, de-

pois da queda acentuada no primeiro semestre. Também neste caso os juros baixos parecem ser o grande motor.

No Reino Unido, as aprovações de hipotecas para a aquisição de casa já retornaram aos níveis observados antes da pandemia. Na China, a maior construtora residencial do país registrou aumento de 24% no primeiro semestre.

No Brasil, o fato de um bem imóvel ser considerado um ativo de segurança pode estimular ainda mais as vendas, que apresentam boa recuperação.